



votamos contra, era um projeto menos nocivo, menos cruel do que este que desengavetaram de última hora para impedir a mobilização dos trabalhadores brasileiros neste momento.

Em primeiro lugar, este projeto garante terceirização para a atividade-fim e é omissivo em relação ao setor público, possibilitando que também seja ampliada a terceirização que já existe no setor público para atingir a atividade-fim das carreiras públicas.

Em segundo lugar, este projeto troca o conceito de trabalho temporário, que hoje é compreendido para a exigência do acréscimo extraordinário de serviço, pelo conceito de demanda complementar de serviços, ou seja, usa um sofisma. É um sofisma! Com uma terminologia abrangente abre-se a possibilidade para tudo virar trabalho, lamentavelmente, precário, considerado extraordinário, temporário.

Por último, Sr. Presidente, no minuto que me resta, quero dizer que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE, em seu relatório de 2015, alertou para o fato de que, entre 1995 e 2013, mais da metade de todos os empregos criados nos países-membros da Organização eram temporários, em regime parcial. Ainda se constatou que os trabalhadores pouco qualificados com trabalho temporário, em particular, têm rendimentos muito mais baixos e mais instáveis do que os trabalhadores permanentes.

É isso que querem votar aqui. A vocês que nos veem pela *TV Câmara*, a você, povo brasileiro, trabalhador brasileiro que nos acompanha nas redes sociais quero dizer que é isso que o Governo quer aprovar na noite de hoje. Ele quer virar a noite para aprovar a redução do emprego permanente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Peço que encerre, Deputada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Finalizo, Sr. Presidente, pedindo que não votemos esta matéria hoje e que exijamos do Senado que ele aprecie o que está em pauta, para que nós possamos discutir melhor e não prejudicar a vida dos nossos trabalhadores.

Muito obrigado.